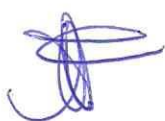


## ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO IPREVI – 31/08/2021

Aos trinta e um dias de agosto de dois mil e vinte e um, às nove horas, deu-se início a 8ª (oitava) Reunião Ordinária deste Conselho Deliberativo, realizada no Colégio Pedro de Souza Rangel, tendo em vista a necessidade de distanciamento social pela pandemia da COVID-19 e falta de espaço adequado na sede da Autarquia, convocados através da Carta/CD/009/2021. Neste ato estiveram presentes os seguintes servidores: Alessandra Arantes Marques, Ana Cristina Faustino, Cíntia Quartim Figueiredo, Gilda de Fátima Viana de Carvalho, Juliana de Melo Rosa, Lafayette Bezerra dos Santos, Maria José Leite Mendes de Oliveira, Mário Célio Maia Gouvêa e Valdirene Rocha. A reunião apresentou como pauta os seguintes assuntos: a) Apresentação do Relatório Mensal de Investimentos - Mês: Julho; b) Apresentação do Demonstrativo dos Recursos Aplicados pelo IPREVI - Competência: Julho; c) Relatório Mensal do Controle Interno do mês Julho/2021; d) Manuais dos Procedimentos Relativos aos: Pagamentos; Arrecadação e Controle de Repasses; e Compras e Licitação; e) Relatório de Governança Corporativa 2021.1; f) Relatório Simplificado de Gestão: competência Julho/2021; g) Acompanhamento dos Acordos de Parcelamentos e Amortização Atuarial; h) Relatório do Setor de Benefícios: Benefícios Concedidos e Compensação Previdenciária - Julho/2021; i) Mapeamento dos Procedimentos Relativos à Licitação e Compras; j) Balancete do mês de Junho/2021; k) Outros. A Diretora Presidente, Alessandra Arantes Marques, iniciou a reunião saudando a todos os presentes e prosseguiu para a apreciação do Relatório Mensal de Investimentos - Julho/2021. Neste foi destacada a apuração de um retorno negativo de R\$ 1.835.476,34 (um milhão, oitocentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e setenta e seis reais e trinta quatro centavos), representando um retorno do mês de menos 1,10% (um vírgula dez por cento) face uma meta mês de 0,94% (zero vírgula noventa e quatro por cento), representando no ano uma meta acumulada de 7,59% (sete vírgula cinqüenta e nove por cento) em face de um retorno acumulado de 1,09% (um vírgula nove por cento) e um saldo no mês de R\$ 165.241.279,58 (cento e sessenta e cinco milhões, duzentos e quarenta e um mil, duzentos e setenta e nove reais e cinquenta e oito centavos). Logo após, foi apresentado o Demonstrativo dos Recursos Aplicados pelo IPREVI no mês de Julho, no qual foram detalhados os percentuais de alocação da carteira por categoria e segmento, sendo que na renda variável, apenas três fundos apresentaram rentabilidade positiva - todos os fundos de ação tiveram rentabilidade negativa, os três fundos de rentabilidade positiva foram do segmento multimercado e o fundo imobiliário também se desempenhou negativamente. Todos os cinco fundos dos ativos no exterior tiveram rentabilidade positiva, enquanto em renda fixa, dos treze fundos que se encontravam com recursos alocados, nove apresentaram rentabilidade negativa. Já os dois fundos da taxa de administração tiveram





rentabilidade positiva. Prosseguindo aos recursos financeiros, em julho de 2021, 52,44% (cinquenta e dois vírgula quarenta e quatro por cento) da carteira encontrou-se alocada em renda fixa, 38,16% (trinta e oito vírgula dezesseis por cento) em renda variável, 9,39% (nove vírgula trinta e nove por cento) em ativos no exterior e 0,01% (zero vírgula zero um) em DAV, totalizando um valor global de R\$ 169.111.199,42 (cento e sessenta e nove milhões, cento e onze mil, cento e noventa e nove reais e quarenta e dois centavos). Ademais continuou evidenciado que a Caixa Econômica Federal permanece a instituição financeira com maior volume de alocação de investimentos, com 30,14% (trinta vírgula quatorze por cento), seguida pelo BB Gestão de Recursos DTVM com 19,03% (dezenove vírgula zero três por cento) e Santander Brasil Asset Management com 6,73% (seis vírgula setenta e três por cento). Após a apreciação dos relatórios da área de investimentos, prosseguiu-se para o Relatório Simplificado de Gestão, esse último demonstrou que julho teve uma folha mensal e uma complementar. No tocante à folha mensal, foram pagos duzentos e setenta e um aposentados e cento e dez pensionistas, no que se refere aos aposentados, R\$ 380.818,82 (trezentos e oitenta mil, oitocentos e dezoito reais e oitenta e dois centavos) foram custeados pelo IPREVI e R\$ 48.411,10 (quarenta e oito mil, quatrocentos e onze reais e dez centavos) pela PMI. Já quanto aos pensionistas, foram custeados pelo IPREVI R\$ 119.986,83 (cento e dezenove mil, novecentos e oitenta e seis reais e oitenta três centavos) e pela PMI, R\$ 32.607,12 (trinta e dois mil, seiscentos e sete reais e doze centavos). Assim, foram pagos pelo IPREVI referente ao Plano Previdenciário R\$ 500.805,65 (quinhentos mil, oitocentos e cinco reais e sessenta e cinco centavos) e pela PMI referente ao Plano Financeiro, R\$ 81.018,22 (oitenta e um mil, dezoito reais e vinte e dois centavos). Dessa maneira, a folha mensal representou um montante de R\$ 429.229,92 (quatrocentos e vinte e nove mil, duzentos e vinte e nove reais e noventa e dois centavos) com as aposentadorias e R\$ 152.593,95 (cento e cinquenta e dois mil, quinhentos e noventa e três reais e noventa e cinco centavos) com as pensões, representando um saldo total de R\$ 581.823,87 (quinhentos e oitenta e um mil, oitocentos e vinte e três reais e oitenta e sete centavos). Já a folha complementar paga foi referente à competência de junho referente à uma pensão por morte do Plano Previdenciário, sendo pago pelo IPREVI o valor de R\$ 2.181,46 (dois mil, cento e oitenta e um reais e quarenta e seis centavos). Em seguida, foi apresentado o relatório do Controle Interno referente aos principais números do setor de Benefícios e Protocolo. Logo após foi apresentado o Relatório do Setor de Benefícios, foi demonstrado em julho de 2021 haviam duzentos e setenta aposentados, cento e dez pensionistas, onze concursados e três servidoras designadas para a diretoria. Nesse sentido, evoluiu-se para a discussão do Balancete do mês de Junho que fechou suas receitas e despesas no montante de R\$ 172.507.658,97 (cento e setenta e dois milhões, quinhentos e sete mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e noventa e sete centavos). O balancete foi aprovado pelos conselheiros, deliberando sua



aprovação, conforme o Capítulo IV, 1, 1.1, II, b) da Lei nº 863/2017. Dando prosseguimento, foram apresentados os relatórios de acompanhamento dos parcelamentos e do plano de amortização, tendo sido pagos até o momento um montante geral de R\$ 8.943.307,75 (oito milhões, novecentos e quarenta e três mil, trezentos e sete reais e setenta e cinco centavos) dos cinco termos de parcelamento existentes, restando, portanto, um valor a pagar de R\$ 19.930.934,20 (dezenove milhões, novecentos e trinta mil, novecentos e trinta e quatro reais e vinte centavos), face o valor inicial consolidado dos cinco termos de R\$ 28.874.241,95 (vinte e oito milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, duzentos e quarenta e um reais e noventa e cinco centavos). Quanto ao Plano de Amortização, já foram adimplidos R\$ 13.396.140,97 (treze milhões, trezentos e noventa e seis mil, cento e quarenta reais e noventa e sete centavos), restando um valor a pagar de R\$ 47.832.509,80 (quarenta e sete milhões, oitocentos e trinta e dois mil, quinhentos e nove reais e oitenta centavos). Em seguida, foi apresentado o Relatório de Compensação Previdenciária, na competência de julho o valor a pagar era de R\$ 1.973,54 (mil, novecentos e setenta e três reais e cinquenta e quatro centavos), R\$ 2.703,41 (dois mil, setecentos e três reais e quarenta e um centavos) a receber, não havendo valores bloqueados na competência e tendo sido efetivamente recebidos R\$ 729,87 (setecentos e vinte e nove reais e oitenta e sete centavos). Assim o total anual de valor a pagar até julho foi de R\$ 14.027,21 (quatorze mil, vinte e sete reais e vinte e um centavos) referente a quatro compensações, valor a receber de R\$ 18.923,87 (dezoito mil, novecentos e vinte e três reais e oitenta e sete centavos) referente seis compensações, tendo sido efetivamente recebido R\$ 4.166,79 (quatro mil, cento e sessenta e seis reais e setenta e nove centavos) e havendo cinquenta e nove requerimentos em análise. Prosseguindo com as pautas, foi apresentado o Relatório de Controle Mensal da Taxa de Administração elaborado pelo Controle Interno, que demonstrou que durante o mês de julho foram utilizados R\$ 44.838,54 (quarenta e quatro mil, oitocentos e trinta e oito reais e cinquenta e quatro centavos) da Taxa de Administração para o custeio das despesas administrativas, totalizando um montante despendido para tal até o referido mês durante o exercício de R\$ 328.319,11 (trezentos e vinte e oito mil, trezentos e dezenove reais e onze centavos), e R\$ 52.820,47 (cinquenta e dois mil, oitocentos e vinte reais e quarenta e sete centavos) com folha de pagamento dos servidores, diretoras, cargo comissionado, estagiários e suas respectivas contribuições patronais, totalizando um montante de R\$ 402.471,16 (quatrocentos e dois mil, quatrocentos e setenta e um reais e dezesseis centavos) com a referida despesa. Assim, foram utilizados até o fechamento de julho R\$ 730.790,27 (setecentos e trinta mil, setecentos e noventa reais e vinte e sete centavos) da Taxa de Administração de 2021 estabelecida no valor global de R\$ 1.611.060,56 (um milhão, seiscentos e onze mil, sessenta reais e cinquenta e seis centavos), restando assim um saldo de R\$ 880.270,29 (oitocentos e oitenta mil, duzentos e setenta reais e vinte e nove centavos).

*mm* ac *Jul* *Paulo* *[assinatura]* *aam* *[assinatura]*

Posteriormente foi apreciado o Relatório de Governança Corporativa de 2021.1 que sumarizou os principais pontos referente a imagem institucional da Autarquia, destaques, educação previdenciária, composição e reuniões dos órgãos colegiados bem como os resultados apresentados pelo setores de Investimentos, Administração e Finanças, Benefício, Controle Interno e Procuradoria, dentre outros tópicos. Com a finalização da apreciação do RGC 2021.1 foi debatido o Manual de Arrecadação e Controle de Repasses, o Manual de Compras e Licitações e seus respectivos Mapeamentos, e, por fim, o Manual de Realização de Pagamentos. Ao final, todos os conselheiros titulares deste Conselho Deliberativo manifestaram-se favoravelmente pela conformidade do parecer da 8ª Reunião Ordinária. Nada mais havendo a ser tratado no dia, a Sra. Alessandra Arantes Marques deu por encerrada a reunião. Lavrada a presente ata e achada exata, a mesma vai assinada pelos conselheiros titulares presentes.

Alessandra Arantes Marques,  
Juliana de Melo Rosa, Ana Cristine Faustino,  
Cristina Celso Faria Junior, Gilda de Fátima Maca de Carvalho,  
José Leite Moura de Oliveira, Valdivene Rocha,  
Rafayete Bezerra dos Santos, Cintia Quartin Figueiredo,